

CORREIO NACIONAL

Tomaz Silva/Agência Brasil



Na faixa etária de 6 a 10 anos, 90,7% estão na série certa

Alunos estão mais atrasados do que antes da pandemia

Nove em cada dez (90,7%) crianças de 6 a 10 anos estavam na série adequada de ensino no ano passado. Essa parcela é praticamente a mesma de 2023 (90,8%), mas fica abaixo do período pré-pandemia de covid-19. Em 2019, antes do surgimento da crise sanitária, 95,7% das crianças de 6 a 10 anos estavam na série correta. Os dados fazem parte do levantamento Síntese de Indicadores Sociais, divulgado na quarta pelo IBGE. Para medir o atraso escolar, o IBGE utiliza a taxa ajustada de frequência escolar líquida (Tafel), que representa a proporção de alunos que frequentam a etapa de ensino adequado à faixa etária ou que já a haviam concluído.

100% do país com escolas integrais

O Ministério da Educação (MEC) estabeleceu como meta alcançar todos os territórios do país com matrículas em ensino integral na educação básica em 2026. Atualmente, a cobertura está próxima dos 90%, e o objetivo é determinar, ainda em dezembro deste ano, a estratégia para consolidar a ampliação do modelo, informou a secretária de Educação Básica do MEC, Katia Schweickardt,

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Segundo Palacios, anulação de questões foi preventiva

Enem: presidente do Inep nega vazamento de questões

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Manuel Palacios, garantiu nesta terça-feira (2) que não houve vazamento de questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Segundo ele, a anulação de três questões após a realização do segundo dia da prova, no último dia 16, foi uma ação preventiva. “Não houve vazamento, o que houve foi uma tentativa de reprodução de itens memorizados a partir da participação no pré-teste”, explicou em audiência na Câmara dos Deputados

Suplemento com ora-pro-nóbis vetado

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) determinou a apreensão e a proibição dos suplementos Prosatril e Erenobis, fabricados pela empresa Ms Comércio de Produtos Naturais Ltda. Com isso os produtos não podem mais ser comercializados, distribuídos, fabricados, importados, divulgados e consumidos desde esta terça-feira (2).

Fraudes bancárias

Nesta quarta-feira (3/11), o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) lançou o plano de ações conjunto da Aliança Nacional de Combate a Fraudes Bancárias Digitais. O lançamento é resultado de um Acordo de Cooperação Técnica entre o MJSP e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Perícia médica

O Ministério da Previdência Social, por meio da Perícia Médica Federal, realiza mutirão no próximo fim de semana em 92 agências da Previdência Social de várias regiões. Serão feitas quase 19 mil perícias médicas, das quais mais de 13 mil estão agendadas, contribuindo para a redução do tempo de espera.

Transporte de carga

A circulação de caminhões na fronteira entre Brasil e Paraguai, entrou em uma nova fase na segunda. Em reunião estratégica na sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres, em Brasília, representantes dos dois países deram início à construção de uma solução definitiva para colocar essa atividade dentro do marco legal.

35 anos do SUS

Estão abertas três turmas de visitação guiada à exposição SUS 35 anos: Universalidade, Equidade, Integralidade, em cartaz no Espaço Cultural Dona Ivone Lara, na sede do Ministério da Saúde, em Brasília. As datas são: 17/12, às 14h; 13/01, às 10h; e 28/01, às 14h. É necessário fazer inscrição prévia. A atração é gratuita.

Isenção sancionada

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 15.279/2025, que estabelece a isenção de tributos federais para a doação de medicamentos aos órgãos da administração direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e às entidades reconhecidas como de utilidade pública.

Transição justa

Já está no ar a plataforma global Bioeconomy Challenge, construída para transformar os “Dez Princípios de Alto Nível da Bioeconomia” em ações concretas e soluções escaláveis, com metas até 2028. A iniciativa – do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima traz a bioeconomia ao centro da resposta à crise climática.



Advogada diz que problema não é a ausência de leis

Crimes recentes mostram grave cenário de violência contra a mulher no país

Dois casos na capital paulista chocaram o país nos últimos dias

Por nomeautor

“A luta pela dignidade das mulheres e igualdade de gênero passa pela criação de uma cultura jurídica emancipatória e de reconhecimento de direitos de todas as mulheres e meninas.” A conclusão é da advogada Luciane Mezarobba, que atua em Curitiba e atualmente atende exclusivamente mulheres.

Dois casos de violência contra a mulher, na capital paulista, tiveram grande repercussão na última semana. No sábado (29), uma mulher de 31 anos teve as pernas severamente mutiladas após ser atropelada e arrastada, por cerca de um quilômetro, enquanto ainda estava presa embaixo do veículo. Na segunda-feira (1º), um homem atirou, usando duas armas, contra sua ex-companheira na pastelaria em que ela trabalhava.

O delegado da Polícia Civil de São Paulo Fernando Barbosa Bossa, responsável pela investigação que levou à prisão do autor do atropelamento, classificou a ocorrência como tentativa de feminicídio, sem possibilidade de defesa da vítima e com requintes de crueldade.

Neste caso, a vítima teve as pernas amputadas devido à gravidade das lesões e segue internada em um hospital da cidade.

Para a advogada, é preciso atacar o problema em duas frentes:

nas políticas públicas e na cena privada. “O maior exemplo vem do poder público, em primeiro lugar, pelo reconhecimento da existência de desigualdades estruturais e profundas entre os gêneros, passando pela construção coletiva de políticas públicas que ataquem estas desigualdades, de políticas afirmativas e antidiscriminatórias da posição da mulher na sociedade”, disse.

Entre as políticas que acolhem demandas básicas que acabam recaindo sobre as mulheres, ela citou a construção de creches e escolas em período integral, que possibilitem às mulheres trabalhar enquanto seus filhos estão seguros.

“No âmbito do Poder Judiciário, a implementação, pelo CNJ [Conselho Nacional de Justiça], do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero tem se mostrado ferramenta valiosa para os operadores do Direito, preocupados com a superação dessa trágica realidade”, lembrou Mezarobba.

O objetivo do protocolo é orientar o Judiciário a considerar o papel das desigualdades estruturais nos julgamentos de conflitos que envolvam mulheres.

Para a advogada, o problema não é a ausência de leis sobre a questão. O crime de feminicídio, por exemplo, tem pena de 20 a 40 anos de reclusão.